

APRESENTAÇÃO

A Revista Eletrônica do CNJ publica seu quarto número com o tema Poder Judiciário: eficiência, transparência e responsabilidade. Desde sua reestruturação, em 2019, a revista já publicou 55 artigos no tema, priorizando estudos baseados em evidências, que são extraídas das ricas bases de dados organizadas pelo Conselho Nacional de Justiça. A veiculação semestral do periódico busca fomentar a produção de conhecimento sobre o Poder Judiciário, com base em pesquisas empíricas e dados estatísticos confiáveis.

A Revista se estabelece na comunidade científica como uma importante ferramenta de incentivo à produção de conhecimento sobre o Poder Judiciário, promovendo o desenvolvimento do pensamento científico e o debate de temas relevantes à administração da Justiça. A importância da Revista reflete o rigor dos procedimentos científicos adotados na seleção dos artigos e na editoração do periódico, que é totalmente digital. Na vanguarda da Comunicação Científica, utiliza o software livre Open Journal Systems, que gerencia desde o recebimento e a avaliação dos artigos à publicação do periódico.

A publicação de artigos em meio digital trouxe rapidez na comunicação científica e democratizou o acesso a esses veículos de informação, tanto dos autores ao periódico como do leitor ao conteúdo publicado. Os periódicos científicos digitais superam, ainda, um dos grandes desafios da comunicação digital, a confiabilidade dos dados divulgados, uma vez que os trabalhos são avaliados e aprovados por pareceristas doutores na área.

Em harmonia com as competências atribuídas ao Departamento de Pesquisas Judiciárias pela Lei nº 11.364/2006, que legou ao CNJ o desenvolvimento de pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira e a realização de análises e diagnósticos dos problemas estruturais do Poder Judiciário, esta publicação promove um espaço democrático e aberto à sociedade, em especial aos estudiosos, que passam a ter a oportunidade de comunicar suas ideias, inovações, críticas e descobertas por meio de um canal formal do Conselho Nacional de Justiça e sob rigorosa avaliação acadêmica.

Os artigos desta edição trazem reflexões sobre importantes políticas públicas do CNJ, como o programa pai presente, a política de enfrentamento à violência contra as mulheres, a política nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e o sistema socioeducativo. Os articulistas nos brindam, também, com análises sobre as questões chave da estrutura da Apple que culminaram na investigação de State aid iniciada pela Comissão Europeia, o congestionamento processual, o planejamento estratégico sustentável, a improbidade administrativa, a efetividade da tutela jurisdicional e o controle interno dos Conselhos do Poder Judiciário. Por fim, elucidativos estudos de caso sobre as ferramentas de mediação, a prática jurisdicional e o projeto Adoce nos revelam um pouco da realidade e das iniciativas das unidades judiciais do Poder Judiciário.

A Seção de Jurisprudência enriquece o presente dossiê com nove julgados selecionados pelas Conselheiras e Conselheiros do CNJ, escolhidos por sua relevância e por sua repercussão social e jurídica. Dessa forma, dedico especial agradecimento à Conselheira Candice Lavocat Galvão Jobim, ao Conselheiro Henrique de Almeida Ávila, à Conselheira Ivana Farina Navarrete Pena, ao Conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen, à Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, ao Conselheiro Mário Guerreiro, ao Conselheiro Rubens de Mendonça Canuto Neto e à Conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel.

Para os próximos volumes, adianto que a temática da Revista seguirá os eixos de ação do plano de gestão do Ministro Luiz Fux, são eles: 1) a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente; 2) a garantia da segurança jurídica conducente à otimização do ambiente de

negócios no Brasil; 3) o combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a consequente recuperação de ativos; 4) o incentivo ao acesso à justiça digital; e 5) o fortalecimento da vocação constitucional do Supremo Tribunal Federal. Todos esses eixos encontram-se alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Desejo boa leitura a todos.

MARCUS LIVIO GOMES
Editor-chefe da Revista Eletrônica do CNJ